

(QUAL) IDADE DO SEXO? NOVAS PROPOSTAS À PREVENÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL EM UMA NARRATIVA COM ADOLESCENTES E IST/AIDS

Eduardo Benedito Cólis

Danielle Jardim Barreto

Universidade Paranaense - UNIPAR

RESUMO

Propomos uma narrativa sobre as afetações proporcionadas numa experiência de problematizar com adolescentes sobre as sexualidades e gênero no tocante da incidência das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) na atualidade, propondo reflexões quando marcadores sociais e de gênero refletem numa outra possibilidade de prevenção. Problematizando, portanto, as afetações mútuas de experiências que possibilitaram uma articulação entre saúde e educação, a partir das demandas desta população jovem, formulando possibilidades fluídas de se falar sobre o sexo, desejos e os cuidados.

Palavras-chave: Sexualidades; Gênero; IST/AIDS; Adolescentes; Espaços de escolarização.

INTRODUÇÃO

Nesta narrativa, gostaríamos de relatar a experiência proporcionada pelo Estágio Curricular Obrigatório (ESCO) Específico II, como parte da formação em Psicologia, da Universidade Paranaense – UNIPAR, realizada com adolescentes de um Centro da Juventude (CEJU) e um Colégio Público de Ensino Fundamental e Médio, ambos localizados em uma cidade do interior do Paraná.

As intervenções foram agenciadas com a proposta da articulação do cuidado à saúde sobre Infecções¹ Sexualmente Transmissíveis e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (IST/AIDS) e a população adolescente, haja vista que os

¹ A partir de uma definição do Ministério da Saúde, a terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passa a ser adotada em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas.

Realização:

Apoio:



índices da epidemiologia das infecções transmitidas vias sexuais aumentam alarmantemente na população jovem².

E se há dados, que comprovam o alto índice de contaminação de IST/AIDS na população adolescente, por que não considerar essa população em vulnerabilidade ou considera-los sob um termo ainda mais significativo, entendendo-os como grupos-chave³ da disseminação da informação e do cuidado? Pensar quais fatores contribuíram para tais índices, o porquê de não pensarmos uma proposta de prevenção adequada a esta população? Quais as propostas atuais de prevenção? Elas atingem essa população? Indagações que motivaram as intervenções realizadas e fundamentam a proposta discursiva deste relato, em que não temos a pretensão de respondê-las, porém descrever algumas possibilidades de construção de uma prevenção apoiada em afetações e sensibilizações desta proposição inicial e as instituições que abriram as portas para tais propostas.

No que tange as questões preventivas na escola e no teor discursivo agenciado no decorrer destes encontros, podemos pensar em outras respostas do Brasil em relação à epidemia de AIDS e, explorar novos campos de prevenção e do cuidado, e nesta perspectiva “todos nós sabemos que o mantra de ‘use camisinha’ não é (e nunca foi) suficiente, assim, ter mais ferramentas é fundamental” (Parker, 2015, p. 10), sendo este algo a mais que pretendemos explorar nas intervenções e na escrita deste relato.

² Os dados são referentes faixa etária em que a aids é mais incidente, em ambos os sexos, é a de 25 a 49 anos de idade. Chama atenção a análise da razão de sexos em jovens de 13 a 19 anos. Essa é a única faixa etária em que o número de casos de aids é maior entre as mulheres. A inversão apresenta-se desde 1998. Em relação aos jovens, os dados apontam que, embora eles tenham elevado conhecimento sobre prevenção da aids e outras doenças sexualmente transmissíveis, há tendência de crescimento do HIV. Quanto à forma de transmissão entre os maiores de 13 anos de idade, prevalece a sexual. Nas mulheres, 86,8% dos casos registrados em 2012 decorreram de relações heterossexuais com pessoas infectadas pelo HIV. Entre os homens, 43,5% dos casos se deram por relações heterossexuais, 24,5% por relações homossexuais e 7,7% por bissexuais. O restante ocorreu por transmissão sanguínea e vertical. Dados coletados pelo site do Departamento de IST/AIDS do Brasil, disponível em: < <http://www.aids.gov.br/pagina/aids-no-brasil>>.

³ “Agências internacionais de ponta, como o UNAIDS e o Fundo Global, assim como os governos nacionais, tentam priorizar os grupos mais vulneráveis à transmissão do HIV, identificados como ‘populações- chave” (Gavigan, 2016, p. 12).

Realização:

Apoio:



É interessante destacar, que as experiências obtidas num processo de graduação, são advindas de oficinas integradas às atividades e aulas dos alunos em que se possibilitaram as intervenções. Nesta composição nos é interessante pontuar, a partir dos escritos de Barreto (2002), quais as perspectivas de uma intervenção baseada em oficinas:

Esse acontecimento transforma as relações cotidianas na escola. Professores, alunos e funcionárias experimentam uma maneira diferente daquelas estratificadas pela segregação burocrática. Expandindo essas práticas, diferem as maneiras de estar junto, a escuta se modifica e os interesses se complementam (Barreto, 2002, p. 94).

Para embasar nossa proposta interventiva baseada em oficinas, nada mais justo que propormos narrar aqui, uma cartografia do adolescente em situação de vulnerabilidade às IST/AIDS e também como disseminador de potencialidades e informação, em que partimos num sentido metodológico da Psicologia enquanto agente que possibilita transversalidade em suas estratégias. Sendo assim, foi adotado o método cartográfico como agenciamento das oficinas e como método discursivo que poderá narrar novos enunciados nos espaços escolares.

Sabemos a intensa repressão das vivências e dos discursos relacionados ao sexo desde a idade média até a contemporaneidade, todavia, percebemos como a produção discursiva sobre o sexo, é velada em nossa sociedade, negada e estigmatizada, tornando tais vivências como “inexistentes”, restringindo quaisquer discursos que possam fugir à norma. Porém, buscamos problematizar tais discursos justamente aos corpos a quem são interditados e negados enquanto prática e discussões sobre o sexo: crianças e adolescentes.

O que gostaríamos de enaltecer é o arrastamento de um engendramento político e social do século XVIII, estabelecidos por Foucault (1999) na era vitoriana, que se perduram até os dias de hoje, em que percebemos essa “nova moral” ou “velha moral”, partindo de um retrocesso político e social, principalmente quando pensamos a realidade do Brasil na atualidade, em relação às políticas públicas e seus mais variados contextos. Tal moral nos é refletida, quando é notória a interdição dos corpos das crianças e adolescentes ao viverem suas sexualidades,

Realização:



Apoio:



em que as organizações políticas buscam um discurso moral para fechar os olhos em relação a tais discussões, em que os escritos de Passos, Kastrup e Escóssia (2009):

Com esse sentido ampliado, a política é a forma de atividade humana que, ligada ao poder, coloca em relação sujeitos, articula-os segundo regras ou normas não necessariamente jurídicas e legais. Não mais pensada exclusivamente a partir de um centro do poder (o Estado, uma classe), a política se faz também em arranjos locais, por micro relações, indicando esta dimensão micropolítica das relações de poder (Foucault, 1999 apud Passos, Kastrup, Escóssia, 2009, p. 151).

Aqui, falamos de vivências que possibilitaram (des) construções no que se refere ao modo de pensar a subjetividade de crianças e adolescentes, com olhar atento aos engendramentos de poder dissolvidos na esfera social, voltando nosso olhar às sexualidades anuladas e não refletidas nesta fase da vida, e no sentido da política ao qual estamos inseridos, a fim de contribuir para possibilidades de mudanças em nossas micro relações.

Ao construir uma forma de estruturar tais apontamentos, percebe-se necessário atribuir formas de se problematizar as questões de expressões associada ao gênero, em que “o uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade” (Scott, 1989, p. 7), direcionado como um dos marcadores sociais mais influentes nos processos de subjetivação das crianças e adolescentes, em que são reiterados discursos de definição ao que compete ao homem ou à mulher na sociedade, em que Torres et. al. (2007) nos destaca:

As relações desiguais de gênero são empregadas nos mais diversos âmbitos, individuais e coletivos, mantendo barreiras sociais. Estas relações de gênero e suas representações sociais são percebidas pela sociedade de forma “naturalizada”, a partir do sistemático estabelecimento das funções e atividades das mulheres e dos homens. Esta naturalização leva a sociedade a enxergar os papéis sociais dos gêneros como imutáveis, conseqüentemente,

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



sustentando a ideia de manutenção das desigualdades (Torres et. al., 2007, p. 300).

Assim, esses marcadores de gênero foram visivelmente percebidos dentro dos dispositivos escolares, desde as disposições das cores (de meninos e meninas) até violências provocadas pelo efeito do marcador de gênero na vida e subjetivação destes adolescentes, no contexto evidenciado.

Direcionamos aqui, o olhar a um dos pontos que constituem as produções de sexualidade na sociedade atual, determinada e enrijecida por diversos mecanismos que denominam o que devemos ou não fazer, sentir e desejar. Nesta lógica, é sabida a questão de gênero sua relação ao poder, como podemos perceber numa escrita trazida por Louro (2000):

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (Louro, 2000, p.6).

Quando é apresentada conceituações sobre a sexualidade, torna-se indissociável a construção dos marcadores de gênero relacionados às práticas sexuais e, obviamente às conotações e produções subjetivas que se enunciam ao contemporâneo, conforme Scott (1989) pontua:

Se as significações de gênero e de poder se constroem reciproca mente, como é que as coisas mudam? De um pondo de vista geral responde-se que a mudança pode ter várias origens, transtornos políticos de massa que coloquem as ordens antigas em causa engendrem novas, podem revisar os termos (e, portanto, a organização) do gênero na sua procura de novas formas de legitimação. Mas eles podem não fazê-lo; noções antigas de gênero serviram igualmente para validar novos regimes (Scott, 1989, p. 27).

Realização:



Apoio:



Ao se trabalhar tais questões, pontuamos a necessidade de discutir gênero no contexto escolar inclusive enquanto prevenção a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), trazidos nos apontamentos de Torres et. al. (2007):

A vulnerabilidade dos indivíduos às DSTs sempre deve ser lembrada como condição influenciada pela atual relação de gênero desigual e como os indivíduos se moldam a esta situação: o homem se expondo às DSTs por sentir necessidade de se manifestar como sexualmente potente e poligâmico, não querendo usar preservativo, e as mulheres na circunstância de submissão ao desejo sexual masculino, incumbindo seus desejos e anseios pessoais (Torres, et. al., 2007, p. 301).

Assim, aponta-se o contexto sócio educacional como agente importante nas contextualizações de igualdade de gênero que, infelizmente, não o faz. Tal importância é refletida quando “a escola tem papel fundamental na formação destes cidadãos no âmbito da igualdade dos gêneros; e isto deve estar dentro da formulação de políticas públicas que tencionam esta transformação” (Torres, et. al., 2007, p. 301).

Interessa-nos discutir também, bem os mecanismos saber-poder inserem no contexto sócio educacional, pensando quais os discursos que são utilizados para controlar os corpos, “no terreno assim conquistado, organizando-o e ampliando-o, os processos da vida são levados em conta por procedimentos de poder e de saber que tentam controlá-los e modificá-los” (Foucault, 1999, p. 133).

Quando possibilitamos a Psicologia intervir em tais contextualizações, é importante destacar o papel do psicólogo (a) frente aos processos subjetivos das vidas que se agenciam neste meio, bem como a família e o contexto social influencia nessas vivências e são formadas as afetações em relação ao sexo.

Dentro desta concepção um importante espaço de agenciamento coletivo, a escola e seus métodos de disciplinamento no que tange as inviabilizações do sexo e ao mesmo tempo contribui para um adestramento do corpo, conforme traz Louro (2000):

Um corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem, provavelmente, a habilidade para expressar gestos ou

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



comportamentos indicativos de interesse e de atenção, mesmo que falsos. Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular. Mãos, olhos e ouvidos estão adestrados para tarefas intelectuais, mas possivelmente desatentos ou desajeitados para outras tantas (Louro, 2000, p. 14).

Nesta concepção, podemos pensar a amplitude de conteúdos de subjetivação e singularização são desconsiderados pelo disciplinamento dos corpos no espaço e, como tal enunciação discursiva repressiva contribui nos processos de subjetivação, bem como na sexualidade e suas estruturações sociais.

Das certezas e incertezas do estar adolescente, os territórios trazidos pela autora supracitada, por vezes é incompreendido ou anulado dentro da escola e, pretendemos enaltecer essa intensidade de afetações de forma que tais pontos fossem potencializados no espaço, através da criticidade estimulada em discutir suas próprias vivências sexuais decorrentes do processo de adolecer.

Assim, de acordo com Maio (2011) é incontestável dizer que na escola há gestos, palavras e cenas que são referentes à sexualidade, nos trazendo a importância do plano discursivo em todas suas possibilidades de construção da expressão sexual.

Se a linguagem do sexo é, por definição, imprecisa, de forma tal que é difícil até mesmo encontrar as palavras adequadas para descrever o que queremos dizer quando o que queremos dizer é discutir a sexualidade, não deveriam as nossas discussões, de alguma forma, concentrar-se na análise dessa questão, isto é, na questão da disjunção entre nossa linguagem e aquilo que a sexualidade significa? (Britzman apud Louro, 2000, p. 63).

Todavia, são nesse emaranhado discursivo de afetações, (des) construções, atravessamentos, territorializações e desterritorializações que somos convidados a propor uma intervenção, a fim de contribuir nas afetações que possam ser agenciadas no decorrer do processo, em que a discussão sobre a sexualidade está longe de ser esgotado e, os campos de disputa com os conservadores nos instigam a continuar no teor de nossas problematizações, produzindo novas afetações e produção de saberes.

Realização:



Apoio:





Assim, a partir das conceituações de Deleuze e Guattari (1995), relatamos afetações agenciadas por enunciações outras da possibilidade do adolescente e seu discurso em relação ao sexo, em constantes desterritorializações e reterritorializações em corpos de possibilidades e desejos, afetos e prazeres, associados ao cuidado num campo discursivo que facilitou sensações diversas como possibilidades de prevenção e atenção à saúde dentro dos dispositivos escolares e para os afetos proporcionados, afinal, (Qual) idade para o sexo?

Os primeiros olhares e os discursos de corpos docilizados e proibidos de falar sobre sexo e a afetação proporcionada neste processo

Após a inserção nos locais, além das (des) construções proporcionadas com as instituições como ponte de discussões e medo dos pais de alunos pela moralidade que passa as relações e vedam as problematizações sobre o sexo na vida do adolescente, entramos em contato com vidas abundantes, que provavelmente iniciaram sua vida sexual e transitam em olhares amedrontados quando vê alguém que se propõe falar do sexo dentro da escola, fato que pouco a pouco, foi se (des) construindo em nossos encontros.

Falamos de potencialidades contidas e docilizadas, fadados a realizarem aquilo que é possível dentro da escola e, seriam possíveis os pensamentos fluírem sobre sexualidades lá dentro? A resposta é sim, de acordo com a demanda apresentada e discutida com esses adolescentes, as discussões foram adequadas aquilo que foi pertinente no que se refere ao sexo e ao que queriam falar dele, e muito assunto se enunciou.

Enunciaram-se afetações múltiplas que fluíram desde o campo das sexualidades, transitaram nos corpos do sexo e o binarismo de gênero (homem/mulher), passaram pela discussão da garantia de direitos, da liberdade sexual e da atenção à saúde e sobre um novo contato com a saúde em relação às estratégias de prevenção e do discurso a ser trabalhado com esses adolescentes.

Nesta lógica nas atividades desempenhadas com os alunos foram articuladas com as forças dos discursos e as relações de poder do espaço, do social em que

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



permitimos fluir um deslocamento de tais construções sociais, na importância de uma linguagem que permita acesso aos campos de saber e de vivências de crianças e adolescentes que são negados aos discursos e práticas em relação ao sexo.

Falávamos de sexo do mesmo campo discursivo dos alunos, facilitando uma linguagem das sexualidades e as realidades sociais dos corpos e seus discursos e afetos, falávamos, portanto, sem hierarquia de um poder científico, em que as respostas partiam do mesmo lugar a quem se destinam, com eles (as), e os saberes foram compartilhados e agenciados ao seu modo e ao seu tempo..

Neste espaço de potencialidades, gostaríamos de pontuar o efeito de tais problematizações no espaço sócio educacional, em que são evidenciados como podemos designar o termo criança/adolescente ciborgue, que os dispositivos e os agenciamentos do coletivo agenciam transformações sociais, envoltos do meio tecnológico, social, familiar e educacional, essa lógica nos permite fluir com esses corpos ciborgues, ora enraizados em paradigmas hegemônicos, ora (des)construídos em novas possibilidades e transformações. Enfatizamos o processo de subjetivação de uma criança e um ciborgue, que o mito do ciborgue nos dá rumos quanto aos processos psicossociais e principalmente quanto às definições e formações de gênero, em que podemos citar os escritos de Duarte (2009):

Assim, meu mito do ciborgue significa fronteiras transgredidas, potentes fusões e perigosas possibilidades – elementos que as pessoas progressistas podem explorar como um dos componentes de um necessário trabalho político (Duarte, 2009, p. 8).

Assim, com as produções de Donna Haraway, podemos, a partir de um trabalho político, agenciar essas perigosas possibilidades transgredidas em problematizações fluídas dos corpos de crianças e adolescentes neste processo, o movimento do corpo e dos discursos constrói e desconstrói seres em práticas sociais além do enraizamento hegemônico imposto pelo binarismo de gênero em nossas construções sociais.

Assim, entender os processos de subjetivação enquanto crianças e adolescentes ciborgues, falamos de um processo intenso e complexo que transpõe de relações tecnológicas num intenso envolvimento nos afetos e as disposições de

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



transformações de afetos e ideias numa rapidez e fluidez, ao passo alongado do desenvolvimento do processo de adolecer e tecnológico que a cada passo, produz novos corpos e possibilidades outras ou não de estar e se fazer estar no mundo.

Tratar, portanto, de uma nova proposta de prevenção, baseamos intervenções que tratamos ao nível dito como pedagogia da prevenção⁴, visando trabalhar com sujeitos a partir da prevenção associada ao empoderamento dos adolescentes ditos como ciborgues, no cuidado de si em relação às IST/AIDS a partir de mecanismos discursivos que possibilitaram tais questionamentos e autonomia no processo em questão.

Quando pensamos o processo de adolecer contemporâneo, o ciborgue pode ser representado, nos modos discursivos, cada dia mais tecnológico, as redes sociais representam um perfil de vida idealizado pelos adolescentes, e os aplicativos de mensagens facilitam o compartilhamento de ideias, os ciborgues estão cada dia mais tecnológicos. Mas o que tentamos explicitar enquanto ciborgue não se reduz apenas as tecnologias e seus efeitos, porém o movimento psicossocial relacionado ao gênero, as tecnologias, que capitalizam e produzem modos de estar adolescente nos faz sentido na compreensão do ciborgue, em transformações rápidas e constantes que exemplificam essa mutação das pessoas e suas relações sociais.

Foram articuladas propostas biomédicas nas intervenções como método de prevenção, porém, o que se inova, é a associação dos métodos biomédicos de prevenção em associação agenciada a discussões e problematizações sociais, políticas e históricas da Aids, de um modo em que possibilitou-se enunciar um engendramento necessário quando se pensa no controle ou erradicação de uma epidemia. Um saber social não é mais eficaz que um saber médico, ou vice e versa,

⁴ Este termo surge a partir dos apontamentos de Gavigan et. al (2016) frente às dificuldades de encontrar na língua portuguesa um termo que traduzisse a palavra literacy dos EUA no enfrentamento da Aids nas campanhas de prevenção, recorrendo ao conceito de pedagogia desenvolvido por Paulo Freire na obra Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa (São Paulo: Paz e Terra, 1996). Avaliamos que a concepção de pedagogia concebida por Freire, em muito se aproxima de várias propostas que aqui abordamos tais como o respeito pela autonomia de indivíduos e coletividades, valorização de sua voz e conhecimentos empíricos e consideração por aspectos culturais e políticos, assim como a promoção e defesa dos direitos humanos. A nosso ver, estes são princípios fundamentais para a prevenção e o tratamento do HIV.

Realização:

Apoio:



ambos devem complementar-se em prol da vida e qualidade de vida do coletivo nos processos de prevenção e promoção da saúde.

As doenças associadas ao sexo carregam por si só, estigmas sociais que inibem a prevenção e o tratamento das IST/AIDS, haja vista que, procuramos não adotar um sentido pejorativo ou “pecaminoso” ao sexo ao se falar das infecções que podem ser desenvolvidas a partir dele, propondo falar a partir do campo do prazer e do desejo, como possibilidades de se fazer sexo de uma forma segura, com prazer e trazendo mais próximo um cuidado ou uma efetividade daquilo que se diz enquanto prevenção.

Se o direito à saúde é um direito humano universal, a prevenção deve ser vista como parte integral desse direito. Nesse sentido, defendemos que o acesso a todas as informações sobre o leque inteiro de alternativas e escolhas em relação à prevenção deve ser um direito humano, tanto quanto o acesso ao tratamento (Gavigan et. al., 2016, p. 14).

É importante destacar que, nessas discussões não há uma verdade ou saber absoluto e sim, possibilidades que se complementam em prol da vida, vidas jovens, vidas abundantes e coloridas numa narrativa em movimento de empoderamento e autonomia no processo, haja vista que associar um direito básico como acesso à saúde articulado a outro direito quanto à educação foram fundamentais neste processo.

Vale ressaltar que das falas e dos saberes compartilhados com colegas ou profissionais da saúde num mesmo patamar discursivo, ao modo que, dicas interessantes foram dadas entre os corpos masculinos e o uso do preservativo para aumento do prazer com as parceiras (os), como a multiplicidade de ofertas no mercado de preservativo, variante em sabores, cores, texturas e possíveis sensações agenciadas pelo uso do preservativo e não a utilização do “preservativo do posto de saúde” [SIC].

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Todavia, gostaríamos de introduzir os apontamentos de Beatriz Preciado (2002) quando traz a conceituação de um Manifesto Contra-sexual⁵, do qual bebemos da fonte, entendemos a (des) construção ou desnaturalização do sexo no meio social, a fim de discutir de forma mais integral os dispositivos sexuais e as questões da prevenção em IST/AIDS. Deste modo, abordamos discussões sobre o sexo além das práticas naturalizadas, como a posição “papai-mamãe”, ou apenas a penetração pênis-vagina, como forma “natural” do sexo para reprodução, falamos de outros prazeres ou práticas sexuais que identificam a contra-sexualidade no contemporâneo e, as manifestações de outras possibilidades de se fazer sexo transpõem novos cuidados e discussões adequadas ao se pensar na infectologia e na proliferação das IST, e em repercussões que rompem com estigmas sobre tais problematizações dentro do dispositivo escolar, reitera a contra-sexualidade.

Assim, quando partimos desta discussão à resposta brasileira à IST/AIDS pensamos num modo de prevenção que se adequa a realidade e aos processos subjetivos dos usuários envolvidos e, reiteramos que buscamos estar atentos a elaborar discursos desenvolvidos com quem estamos falando, afinal, “ao se prescrever uma modalidade de tratamento-padrão para todos, trabalha-se com a noção de que é possível que todos fiquem confortáveis em uma roupa de “tamanho único”, o que nos parece ser impossível” (Seffner, Parker, 2016, p. 26).

Por fim, e não menos importante, salientamos como os fazeres psi se afetam e são afetados a cada encontro, risos e cores, cheios de vidas, vidas recentes, vidas que merecem ser vividas com dignidade e com acesso à saúde e educação de qualidade, fazendo sexo com prazer, explorando seus prazeres e seus cuidados, vidas que se cruzam com outras na escola, numa trepada, ou na rua, em um lugar qualquer que sempre estaremos ao se completar nessas vidas vividas em abundância e para isso a saúde e a prevenção das IST/AIDS, como outras

⁵ “O nome de contra-sexualidade vem indiretamente de Foucault, para quem a forma mais eficaz de resistência à produção disciplinar da sexualidade em nossas sociedades liberais não é a luta contra a proibição (tal como proposto pelo movimento de libertação sexual anti represivos dos anos setenta), porém a contra-produtividade, quer dizer, as formas de prazer-saber alternativas a sexualidade moderna. As práticas contra-sexuais que são propostas aqui devem ser representadas como tecnologias de resistência, em outras palavras, como forma de contra- disciplina sexual” (Preciado, 2002, p. 19, tradução nossa).

Realização:

Apoio:



prevenções se fazem importantes processos de valorização da vida digna de ser vivida.

REFERÊNCIAS

BARRETO, D. J. *Intensificando novas práticas de subjetivação na escola: Uma possibilidade de inclusão escolar?* Dissertação (mestrado em psicologia e sociedade), UNESP: Assis, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências técnicas para a prática do (a) psicólogo (a) nos programas de dst e aids*, Brasília, 2008.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1; tradução de Aurélio Guerra Neto; Ana Lúcia de Oliveira; Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DUARTE, O. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *Rev. Infodesign : imagem e Complexidade*, 2009.

FOUCAULT, M. *A história da Sexualidade I: A vontade saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GAVIGAN, K. et. al. *Pedagogia da prevenção: Reinventando a prevenção do HIV no século XXI*. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), 2016. Disponível em: http://abiaaids.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Pedagogia-da-Preven%C3%A7%C3%A3o_portugues_nov2015.pdf.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica – Cartografias do desejo*. 7. Ed. Revisada. Petrópolis: Vozes, 2005.

HARAWAY, D. *Ciencia, cyborgs e mujeres*. Prólogo a la edición española de Jorge Ardití, Fernando García Selgas y Jackie Off. Madrid: Ediciones cátedra universjtat de valencia instituto de la mujer, 1995.

LOURO, G. L. *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

MAIO, E. R. *O nome da coisa*. Maringá: Unicorpore, 2011.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PRECIADO, B. *Manifiesto contra-sexual*. Madrid: Editora Opera prima, 2002.

Realização:



Apoio:



SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução: Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.

SEFFNER, F.; PARKER, R. A neoliberalização da prevenção do HIV e a resposta brasileira à AIDS In: GRANGEIRO, A. e cols. *Mito vs realidade: sobre a resposta brasileira a epidemia de HIV e Aids em 2016*. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), 2016. Disponível em: <http://abiaids.org.br/wp-content/uploads/2016/07/Mito-vs-realidade_HIV-e-AIDS_BRASIL2016.pdf>.

TORRES, C. et. al. Relações de gênero e vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis: percepções sobre a sexualidade dos adolescentes. *Esc Anna Nery R Enferm*. 11 (2): 296 – 302, jun, 2007.

(WHAT) AGE OF SEX? NEW PROPOSALS FOR PREVENTION IN THE EDUCATIONAL CONTEXT IN A NARRATIVE WITH ADOLESCENTS AND STI / AIDS.

Abstract: We propose a narrative about the affections provided from the experience of problematizing with adolescents about sexualities and gender with regard to the incidence of Sexually Transmissible Infections (STIs) nowadays, proposing reflections when social and gender markers reflect in another possibility of prevention. In this report, we will bring together the mutual affections of experiences that enabled an articulation between health and education, based on this young population demands, formulating fluid possibilities to talk about sex, desires and care.

Keywords: Sexualities; Genre; STIs/AIDS; Adolescents; Spaces of schooling.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação

